



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2013

Ano 38 – Nº 214

Foto: Ruy Sposati



Portarias e decretos: as novas armas de extermínio

págs.: 8 e 9

*Chapada do Apodi: a resistência da
vida frente à ameaça da morte*

pág.: 12



Foto: CPT Mossoró

EDITORIAL

Pedras no Caminho

2013 chega ao fim. Um ano com poucas coisas a celebrar, sobretudo pelo lado dos povos do campo. O cerco contra os povos indígenas e comunidades tradicionais está se fechando. As agressões se multiplicam a cada dia. Só para se ter uma noção da barbárie instalada, dos 26 assassinatos no campo, registrados pela CPT até dezembro, 13 são de indígenas e um de quilombola.

Esta barbárie não se dá somente no espaço das aldeias, na retomada das terras ancestrais, ela se desenvolve e ganha fôlego em Brasília. O governo se tornou refém dos interesses do capital e do agronegócio, e a eles serve com devoção. Esta subordinação acontece no âmbito dos três poderes: o Executivo, com portarias e decretos, o Judiciário com a concessão rápida de liminares para desocupação de áreas reivindicadas pelos fazendeiros, e o Legislativo, onde se encastela, como um câncer, a bancada ruralista, com seus projetos de lei e de emendas constitucionais. Com muita propriedade o líder indígena Kaiowá-Guarani, Anastácio Peralva, de Dourados (MS), disse: “antigamente se matava índio com pistoleiro de fazendeiros e a tiro, agora se mata com portarias e decretos!”. O pior é que os pistoleiros ainda continuam presentes e atuantes.

Os povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades camponesas, porém, não se acomodam. Elas, com uma grande variedade de ações, se tornaram a pedra no caminho do agronegócio, dos megaprojetos de infraestrutura, das grandes mineradoras.

Uma das resistências está sendo construída pelos camponeses e camponesas da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, contra o projeto de irrigação que vai atingir centenas de famílias. Em um processo de mobilização das comunidades da região, foi montado acampamento com aproximadamente mil famílias. A sua luta de resistência tornou-se uma luta nacional sintonizada com todas as grandes lutas em defesa dos territórios camponeses.

Neste contexto, a CPT realizou seu Encontro Nacional de Formação em que refletiu sobre sua identidade pastoral que a coloca em contato diário com os clamores das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas em geral, que tem inviabilizada sua relação prazerosa com a terra, a água e as florestas, pelo modelo dominante. Escutou também os clamores dos povos e comunidades do Cerrado, em encontro em que compartilharam suas lutas e sonhos.

Neste cenário, surgem outros gestos e palavras de esperança. A foz do São Francisco recebeu o “gole d’água” simbólico da luta pela revitalização da bacia, com águas da nascente e dos afluentes, na Romaria que celebrou os 20 anos da Peregrinação realizada por uma pequena equipe, com Frei Luiz Cappio à frente.

E uma lufada de ar fresco nos chega pela palavra do Papa. Sua Exortação Apostólica Evangelii Gaudium é uma palavra que reafirma a opção pastoral da CPT nestes quase quarenta anos de existência, quando diz que “há que se afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres”. “Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima”. Hoje e sempre, “os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho”.

Com estas palavras reconfortantes do papa, queremos desejar aos nossos leitores um Natal que avive em nós a esperança, pois é na fraqueza que se manifesta a força de Deus. E que 2014 abra horizontes novos para os que buscam a justiça e a verdade.



CPT e pesquisadores lançam livro sobre a questão agrária em Alagoas

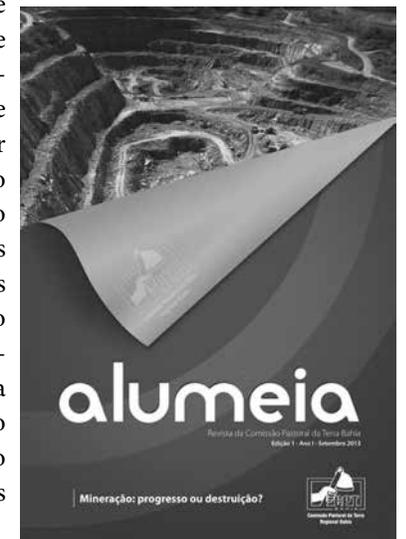


O livro “Terra em Alagoas: Temas e problemas” foi lançado no dia 1º de novembro, durante uma mesa redonda sobre os sem terra e a sociedade, na sala Caetés, na VI Bienal do Livro, em Maceió, Alagoas. A coletânea foi organizada pelo prof. Sávio de Almeida, Josival Oliveira e Carlos Lima, coordenador da CPT Nordeste II. Há muito tempo os organizadores tinham como objetivo

criar uma Coleção a ser lançada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, composta por livros que discutissem a questão da terra no Nordeste, especialmente em Alagoas, abordando os mais variados aspectos, incluindo trabalhadores rurais, pequenos proprietários, camponeses, quilombolas, índios e sem terra. A Coleção nasce com a consciência de que deve ser um espaço de debate, abrangendo, abertamente, o espectro de problemas que estão nas práticas culturais, econômicas, políticas e sociais ligadas direta ou indiretamente ao seu tema central. A Coleção é decorrente da atividade do “Grupo de Estudos Alagoas: Terra”, que realizará todos os anos um Encontro sobre a problemática da terra, com temas específicos. O Grupo pretende, também, manter um Seminário a ser realizado dentro da programação da Bienal do Livro de Alagoas.

CPT Bahia lança revista sobre mineração

A revista Alumeia é uma publicação da CPT Bahia e em seu primeiro número traz o tema “Mineração: progresso ou destruição?” Numa proposta de refletir sobre o “progresso” tão alardeado pelo atual modelo de desenvolvimento, a partir do ponto de vista de suas vítimas no campo e dos que com elas se solidarizam. São relatos do sofrimento de pessoas e comunidades diante da devastação imposta por essa atividade. São histórias que desmistificam o tão propagado “progresso” gerado pela exploração minerária e revelam as dores, angústias, conflitos e impactos de quem está do lado das minas e das empresas em operação no Estado. A publicação traz ainda artigos que aprofundam a reflexão sobre o assunto. Com periodicidade anual, Alumeia não tem outra pretensão a não ser de trazer à luz o que está escondido e que é descoberto no trabalho popular que a CPT Bahia faz há 37 anos, junto aos camponeses e camponesas da Bahia.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Frei Luciano Bernardi

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

EED



MZF

Missionzentrale der Franziskaner



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Banco de Sementes Crioulas recebe Prêmio Odair Firmino de Solidariedade

Foto: Cáritas



O Banco de Sementes Crioulas “Sementes da Solidariedade”, organizado pela CPT da Diocese de Santa Cruz do Sul, ganhou, o 2º Lugar do IV Prêmio Odair Firmino de Solidariedade, entregue durante a XIX Assembleia Nacional da Cáritas Brasileira. O Prêmio é concedido pela Cáritas Brasileira

que, através de um júri nacional, seleciona as três experiências mais significativas de acordo com a temática, que este ano foi “Soberania Alimentar e Solidariedade - Alternativas para as desigualdades sociais”. O Banco de Sementes Crioulas é um projeto que se baseia no resgate e

multiplicação de sementes crioulas, desenvolvimento de experiências ecológicas, soberania e segurança alimentar. O Banco não movimenta dinheiro, e sim sementes de forma solidária. Há 13 anos o projeto realiza os Encontros Diocesanos de Sementes Crioulas.

Irmã que vivia há 60 anos com os Tapirapé faleceu em Mato Grosso

Morreu no início da tarde de 24 de setembro, no município de Confresa, Mato Grosso, a Irmã Genoveva, que há 60 anos vivia junto ao povo Tapirapé (Apyãwa).

Em agosto deste ano, Veva, como era conhecida, havia completado 90 anos. Desde 1952, quando chegou à aldeia, Veva nunca mais saiu de perto dos Tapirapé. Ela nasceu no dia 19 de agosto de 1923, em Valfraicourt, um lugarejo da França. De aparência frágil, cabelos brancos, há muitos anos acordava todos os dias antes do sol para cuidar da pequena roça que cultivava atrás da casa de taipa em que vivia. O respeito total à cultura e ao processo histórico deste povo fez com que os Tapirapé se salvassem e se multiplicassem, tornando-se um povo alegre e seguro. “Os Apyãwa fizeram

questão de sepultá-la, segundo seus costumes, como se mais uma Apyãwa tivesse morrido... Genoveva foi enterrada dentro da casa onde morava”.

Foto: CIMI



antes do sol para cuidar da pequena roça que cultivava atrás da casa de taipa em que vivia. O respeito total à cultura e ao processo histórico deste povo fez com que os Tapirapé se salvassem e se multiplicassem, tornando-se um povo alegre e seguro. “Os Apyãwa fizeram

Veva e suas companheiras viveram uma experiência que o antropólogo Darcy Ribeiro considerava uma das mais exemplares de toda a história da antropologia: o encontro e convivência de alguém da cultura branca com a cultura indígena.

Conheça a República dos Ruralistas

Fruto de uma parceria entre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Greenpeace e o Instituto Socioambiental (ISA), o website “República dos Ruralistas” (www.republicadosruralistas.com.br), lançado no último dia 30 de setembro, apresenta dados sobre a atuação parlamentar, o patrimônio fundiário e financeiro, os financiadores de campanha e as ocorrências judiciais de 13 das principais lideranças ruralistas – e anti-indígenas

– na Câmara dos Deputados. Lançada, a página chegou ao público como uma contribuição das organizações para a semana de Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas (APIB). Os dados sistematizados no “República dos Ruralistas” reforçam a ligação de parlamentares com empresas multinacionais do agronegócio, crimes ambientais e contra populações tradicionais e pequenos agricultores.

Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT

Na madrugada do último dia 23 de setembro, dois tiros foram disparados contra a casa do diácono José Raimundo Ribeiro (Zecão), agente da Prelazia de São Felix do Araguaia, em Luciara (MT). O clima na cidade já estava tenso desde a semana anterior, quando a casa do líder dos retireiros, Ruben Eterny Sales, foi queimada. O comércio da cidade foi fechado, a rodovia MT 100 que dá acesso à cidade foi bloqueada e foram montadas estratégias para impedir a chegada de pessoas pelo rio, para evitar uma suposta visita de membros do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (Icmbio), com o objetivo de implantar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), de 110 mil hectares. Foi barrada a entrada na cidade, no dia 19, de dois geógrafos que iam reali-

zar um trabalho de cartografia social dos retireiros e também de um ônibus da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso - com pesquisadores e um grupo de alunos de mestrado em geografia, que iriam fazer um estudo de campo na região. Na noite de 21 de setembro outra liderança, Jossiney Evangelista, teve a casa de seu retiro incendiada. A bióloga Lidiane, irmã de Ruben, recebeu ameaças de ser queimada viva em cima de sua moto. Por conta da tensão existente, no dia 24 de outubro, a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizou uma audiência na cidade quando ouviu os envolvidos e no 6 de novembro, no Senado, a Sub-comissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça realizou audiência pública sobre a mesma situação.

Povos e comunidades tradicionais planejam atividades para 2014

Uma comissão representativa da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais e das Pastorais do Campo se reuniu em Luziânia (GO), nos dias 2 e 3 de dezembro, para avaliar a caminhada deste ano e realizar o planejamento para 2014. Participaram representantes das comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e outras. O CIMI, o Conselho Pastoral dos Pescadores, a CPT, e um representante da CNBB, também estavam presentes. Foram definidas na reunião cinco linhas principais de ação, entre elas, continuar a fortalecer as lutas conjuntas nos estados, priorizar a formação, articulação, mobilização e comunicação. Ficou defini-

do que no próximo mês de maio será promovido um encontro de formação e discussão política sobre as lutas enfrentadas pelas comunidades. Na ocasião, serão apresentadas propostas de encaminhamento para os próximos anos, com as estratégias e principais ações a serem desenvolvidas.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



ARTIGO

Evangelii Gaudium

“Deixemo-nos evangelizar pelos pobres”

ANTÔNIO CANUTO*

A Alegria do Evangelho, Evangelii Gaudium, é o primeiro documento oficial com a cara e a marca do Papa Francisco. É uma Exortação Apostólica, como conclusão do Sínodo dos Bispos, realizado em 2012 sobre “A nova evangelização para a transmissão da Fé Cristã”. É um documento marcado por seu caráter pastoral e com cheiro de América Latina, onde os pobres estão no centro das preocupações pastorais da igreja. Um documento para aquecer os corações, depois de longos anos de inverno eclesial.

As marcas da nova Evangelização

A evangelização, segundo o Papa, deve concentrar-se no essencial, “no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário. Assim se torna mais convincente e radiosa”. A nova evangelização tem como marcas distintivas a alegria, a conversão, a abertura para os povos e as culturas, e no centro os pobres.

1. A alegria

O anúncio do Evangelho deve estar envolvido em alegria. “Os cristãos têm o dever de anunciar Jesus, não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria, indica um horizonte estupendo”, diz Francisco. Critica os evangelizadores que tem “constantemente uma cara de funeral”.

2. A conversão

“Saíam” é o apelo do Papa. É preciso sair, deixar o conforto e a segurança de estruturas sólidas e de doutrinas seguras. “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças”. “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação”, pois muitas vezes “se fala mais da lei que da graça, mais da Igreja que de Jesus Cristo, mais do Papa que da Palavra de Deus”.



Muitas mudanças precisam ser feitas. Um grande processo de conversão tem que ser assumido para que a Igreja seja “sempre a casa aberta do Pai”. É preciso deixar de lado um estilo de igreja que mais parece empresa; a busca de “seguranças econômicas ou a espaços de poder e de glória humana”; “o apreço por uma ‘espiritualidade do bem-estar’, pela ‘teologia da prosperidade’”. As mudanças tem que chegar em níveis mais altos. “As estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral.”

3. A abertura para novos povos e novas culturas

Fiel ao Concílio Vaticano II, o papa define a Igreja como Povo de Deus. Um

povo com o rosto das diversas culturas onde se insere. “É maravilhoso ser povo fiel de Deus. E ganhamos plenitude, quando derrubamos os muros e o coração se enche de rostos e de nomes!”. Por isso a nova evangelização requer a inculturação da igreja nas novas culturas, pois “cada cultura oferece formas e valores positivos que podem enriquecer o modo como o Evangelho é pregado, compreendido e vivido”. Requer também o diálogo franco, livre e aberto com todas as formas de expressão religiosa cristãs e não cristãs.

4. Os pobres, os preferidos

Mas o que é essencial, segundo o papa, é a opção pelos pobres: “Há que se afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres”. “Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima”. Hoje e sempre, “os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho”. Um sinal da beleza do Evangelho e que nunca pode faltar é “a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora”. Mais que destinatários de ação pastoral da Igreja, os pobres são evangelizadores. Eles “têm muito para nos ensinar. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles.”

Ele denuncia a economia que promove e sustenta a exclusão e a desigualdade sociais: É uma “economia que mata”, pois o ser humano é tratado “como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora”. Denuncia a cultura do bem-estar que anestesia diante das “vidas ceifadas por falta de possibilidades”, e faz “perder a serenidade se algo não se pode comprar”.

A promoção dos pobres não pode se reduzir a “uma mera soma de pequenos gestos pessoais a favor de alguns indivíduos necessitados”, pois a nossa “proposta é o Reino de Deus”. Entre os descartados enumera “os sem abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos”, “as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência” e “os nascituros”. Diante da desigualdade, do tráfico de pessoas, do trabalho escravo, “manter-se em muda e cômoda cumplicidade, é manchar as mãos do sangue dos irmãos.”

A mulher

O papa ressalta o valor da mulher, diz que se devem ampliar os espaços para uma “presença feminina mais incisiva na Igreja”. Apesar disto, a mulher continua sendo um elemento de tropeço. “O sacerdócio reservado aos homens é uma questão que não se põe em discussão”. E são as mulheres que devem carregar o fardo do aborto. Mesmo reconhecendo que a igreja tem “feito pouco para acompanhar adequadamente as mulheres que estão em situações muito duras, nas quais o aborto lhes aparece como uma solução rápida para as suas profundas angústias, não se deve esperar que a Igreja altere a sua posição sobre esta questão”.

Não se pode esperar que tudo mude de uma vez. Evangelii Gaudium é uma lufada de ar puro no interior da Igreja em direção a uma igreja mais conforme com o Evangelho.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CONCÍLIO VATICANO II

Um acontecimento revolucionário: o Concílio e a liberdade de consciência

FLÁVIO LAZZARIN*

Um dos documentos mais importantes, e permanentemente desafiador, do Concílio é sem dúvida alguma a declaração *Dignitatis Humanae* (DH) sobre a liberdade religiosa. Depois de um debate trabalhoso e difícil, no dia 7 de dezembro de 1965, com 2308 votos a favor e 70 contra, a declaração DH, que tem como subtítulo “Direito das pessoas e das comunidades à liberdade social e civil em matéria religiosa”, foi aprovada e promulgada pelo Papa Paulo VI.

Este documento até hoje continua sendo alvo de contestações não só por parte dos setores integralistas, mas está escondido também nas mentalidades e atitudes dos católicos médios, letrados ou não, das nossas comunidades. Com efeito, quem se apega somente à afirmação doutrinal da unicidade da Verdade, mal consegue se relacionar com o pluralismo das religiões e dos ateísmos e dificilmente reconhece e aceita a laicidade do Estado. Desafio este que na Abaya Yala e no Brasil se agrava ulteriormente a partir da herança colonialista, que continua o processo etnocida com a agressão aos territórios tradicionais e a destruição e - na menos violenta das possibilidades - a inferiorização das religiosidades indígenas, negras e caboclas. Ainda o passado da Cristandade colonial se obstina a modelar o presente da caminhada da Igreja, talvez com a única exceção da profecia, oficialmente ocultada, da Conferência de Medellín, em que prevalece não a preocupação identitária do protagonismo da Igreja, mas, ao contrário, a realidade do Reinado de Deus e a emergência dos pobres como vítimas e sujeitos da utopia e da transformação das sociedades.



É necessário lembrar que em 1965 existiam regimes políticos na União Soviética, Espanha e Portugal que, com ideologias diferentes e alternativas, proibiam que pessoas e comunidades pudessem exercer o livre exercício da sua religião. Por séculos, a Igreja reivindicou a tese que somente a Verdade tem direito à liberdade pública e que unicamente a Igreja, por ser detentora da Verdade, devia ser reconhecida pelo Estado. A partir desta postura sobravam dois caminhos: o da tolerância ou, na pior das circunstâncias, da proibição dos outros cultos decretada por regimes católicos de di-

reita, como na Espanha franquista e no Portugal salazarista.

O “Sílabo dos Erros de Nossa Época”, promulgado pelo papa Pio IX em 1864, contém oitenta opiniões consideradas erradas pela autoridade da Igreja. Uma das opiniões liberais condenada é a afirmação que “Todo homem é livre para expressar e professar a religião que julgue verdadeira, guiado pela luz da razão. Mas na época atual isso não é necessário, pois a Católica é a única religião do Estado, com a exclusão de todos os demais cultos”.

A que os Padres conciliares respondem com mais uma afirmação

do longo capítulo anti-Sílabo do Concílio: “Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites.” (DH 2)

Com certeza, afirma-se a primazia da consciência e laicidade do Estado, mas, o que vejo mais importante, estabelece-se também a base prática e teológica da utopia macroecumênica.

Este horizonte que vai além do tradicional, e atualmente enfraquecido, ecumenismo interconfessional da CPT, delineia-se a partir da nossa germinal convivência com as comunidades tradicionais (os posseiros de antiga memória): a variedades de suas culturas e do seu imaginário religioso, frequentemente marcado pela dominação da Cristandade, continuam nos interpelando não somente em termos de respeito e tolerância, mas sem dúvida alguma, em termos de diálogo e confronto em busca de discernimentos.

Diálogo e busca de discernimentos porque em todas as religiões e religiosidades se esconde “o ovo da serpente”: a intolerância que se transforma em violência. Violência que é mais ampla do que a mera agressão física do outro, porque inclui todos os êxitos de hierarquias centralizadoras e opressoras, que inferiorizam e violam o pobre, a mulher, o estrangeiro, o diferente.

FORMAÇÃO

Pastoralidade, tema do Encontro Nacional de Formação da CPT

Reunidos em Luziânia, Goiás, no Centro de Formação Vicente Cañas, entre os dias 23 e 26 de outubro, 25 agentes da CPT de todo o país discutiram a Pastoralidade no dia a dia de trabalho da CPT. Ao final do Encontro, eles aprovaram a Carta Final em que reafirmam, entre outras coisas, “manter fidelidade ao projeto de Jesus e, por isso, manter a fidelidade aos indígenas, quilombolas e todas as categorias de camponeses que são os ‘últimos e os penúltimos’ na escala social, decretados à morte pelo poder dominante”. Confira a Carta na íntegra:

“Aos irmãos e irmãs da CPT, das igrejas e das pastorais,

Estivemos reunidos, em Luziânia, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, de 23 a 26 de outubro de 2013, 55 agentes de pastoral de todos os regionais da CPT, para aprofundar em quatro dias de estudo, convivência fraterna, com fortes momentos de oração e contemplação, a dimensão pastoral da CPT, que nos é irrenunciável.

Nossa reflexão partiu da escuta da pastoralidade que é vivida e desenvolvida de formas diferentes e por pessoas diferentes nos meios populares, quase sempre marginalizados, discriminados e oprimidos. São pessoas que assumem o pastoreio dos seus semelhantes no cuidado da vida e das feridas dos que sofrem. Nossa reflexão buscou e encontrou na Bíblia a fundamentação do ser pastor. E descobrimos que esse pastorear está carregado de ambiguidades, pois os que dominam e governam o povo se fazem chamar de pastores. Os profetas se le-



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

vantam contra eles, pois em vez de se preocupar com o povo “apascentam a si mesmos” (Ez 34,2)

Nosso modelo de pastor é Jesus que deixa 99 ovelhas no deserto e vai em busca da que se perdeu e que disse que o Bom Pastor é aquele dá a vida por suas ovelhas. (Jo 10,11)

No nosso trabalho, enquanto CPT, sentimos diariamente os clamores das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas em geral, pois sua relação prazerosa com a terra, a água e as florestas, que para elas é espaço de vida, cada dia se torna mais inviável no modelo capitalista que domina nosso país que tudo quer transformar em mercadoria.

Hoje a situação das comunidades é mais grave do que quando a CPT foi criada há quase 40 anos. Vivem ameaçadas de perder a terra e o território onde nasceram e os poucos direitos que arduamente conquistaram. Sofrem ataques diários dos que se julgam “donos” da terra e se encastelam nos âmbitos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Cada dia mais seus sonhos de ter garantido seu espaço de vida é interrompido e negado.

É nesta contradição que a CPT desenvolve sua ação pastoral de acordo

com o que vemos nos Evangelhos. Todo o dia temos que nos confrontar com as forças contrárias (ver Jo 10,1.8.12) dos que não querem o pão repartido e o povo organizado, como Jesus nos aponta quando mandou seus discípulos organizarem o povo em grupos para que o pão pudesse saciar a todos. (Mc 6,39-40). Nas Igrejas, muitos ainda não entendem que nossa ação é verdadeiramente pastoral, porque falamos de comunidades que se preocupam com a partilha do pão e a organização do povo como fez Jesus. Mas, ao mesmo tempo nunca nos faltou o apoio de outros que se mostram solidários com as causas que defendemos e oferecem seu apoio efetivo e concreto.

Concluimos nossa reflexão com a afirmação de algumas opções irrenunciáveis da nossa identidade e prática pastorais que o Espírito suscitou em nossas igrejas, quando se constituiu a CPT. Partilhamos com vocês estas opções, como compromisso e apelo para a continuidade de nossa missão:

Não podemos nos vender, nem nos render e nos deixar cooptar pelo poder, a ideologia e as seduções do capital.

Não podemos deixar de ali-

mentar a mística e a espiritualidade que funde o humano e o divino.

Não podemos substituir o povo, queimar processos, coibir autonomias, colocar obstáculos ao protagonismo popular.

Não podemos nos apresentar como iluminados e com monopólio da verdade.

Por outro lado reafirmamos que devemos:

Manter fidelidade ao projeto de Jesus e, por isso, manter a fidelidade aos indígenas, quilombolas e todas as categorias de camponeses que são os “últimos e os penúltimos” na escala social, decretados à morte pelo poder dominante. Partilhar suas lutas e conquistas e a memória de seus mártires.

Denunciar as injustiças e a violência contra os povos do campo, da água e das florestas e anunciar-lhes o apoio para a vida nova que brota da sua luta e organização.

Acreditar no protagonismo dos pequenos e pobres.

Desenvolver a acolhida, a escuta e o diálogo com a diversidade de expressões religiosas e culturais.

Construir comunhão através da colegialidade nas decisões e fazendo circular o poder.

Garantir um processo permanente de formação, desenvolvendo também a capacidade de registro e sistematização das experiências.

Num tempo em que o capital investe pesadamente na manipulação de uma religião só de louvor para silenciar o profeta, temos que afirmar a nossa pastoral de maneira orgânica, criando espaços de fé, mística, reencontamento e festa que nos alimentam e estimulam e não nos deixam jamais perder a esperança.

Luziânia, 26 de outubro 2013.

Os participantes do Encontro Nacional de Formação”.

CERRADO

Encontro de Povos e Comunidades do Cerrado

CRISTIANE PASSOS*

Foi realizado entre os dias 22 e 24 de novembro, o Encontro dos Povos e Comunidades do Cerrado, que reuniu cerca de 130 pessoas no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás. Desde 2009 os regionais da CPT, presentes nos estados onde há o bioma, se reúnem para compartilhar as histórias de resistência dos povos, formas de conservação do Cerrado e estratégias de luta em sua defesa.

Divididos em três grupos temáticos, produção, territórios e biodiversidade, os participantes compartilharam a realidade local de cada povo tradicional que habita o Cerrado. Os retireiros, da região do Araguaia, no Mato Grosso, trouxeram o relato de resistência para manterem seu modo de vida tradicional, criando o gado nas regiões de várzea, cercadas por fazendeiros que tentam expulsá-los dos territórios que ocupam há décadas.

Paula e Elizeu, do quilombo Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, lembraram a infância vivida em sua comunidade, em que a terra era livre e era área de produção comum. Entretanto, logo depois chegaram fazendeiros à região na tentativa de expulsar os quilombolas de lá. A partir daí vários conflitos se seguiram. Há um mês dois quilombolas da comunidade foram abordados enquanto caminhavam em uma estrada próxima ao Brejo e foram espancados.

O grupo sobre biodiversidade compartilhou as experiências e conflitos que envolvem a questão da água, recuperação e conservação de nascentes, e a luta contra os agrotóxicos. As comunidades de Riacho dos Machados, em Minas Gerais, relataram a chegada de uma mineradora canadense à região, que prometeu desenvolvimento e geração de empregos para a população local. Entretanto, o que ela tem produzido é contaminação das águas, e os empregos prometidos foram oferecidos a trabalhadores de outros estados.

O Estado vem agindo em detrimento dos povos tradicionais no Cerrado

Conforme debate durante o Encontro, a conclusão a que se chega é que a atuação do Estado tem sido em detrimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Cerrado e em outros biomas.

O Estado, através de seus governos estaduais, vem fazendo escolhas políticas. Essas escolhas são feitas no sentido de beneficiar os grupos mais abastados do país. Dados do IBGE, divulgados em setembro passado, mos-

país, são previstos para esse fim. Enquanto isso, o orçamento destinado à realização da reforma agrária e ao crédito destinado a famílias assentadas minguou a cada ano que passa. Até setembro último o governo Dilma não havia desapropriado nenhuma área para a reforma agrária. Em outubro, como que querendo recuperar o tempo perdido desapropriou oito imóveis. Somente oito. Além disso, apenas uma área quilombola foi titulada nesse ano de 2013, e durante todo o governo Dilma somente nove territórios indígenas foram declarados e 11 homologados.

Foto: Leandro Caetano



tram que o rendimento dos mais ricos foi 87 vezes maior do que o dos mais pobres em 2012, contra uma relação de 84 vezes em 2011. Ou seja, o que mantém a desigualdade social continua da mesma forma, mesmo com os programas do governo de redistribuição de renda.

Tatiana Dias Gomes, advogada da CPT Bahia, trouxe a discussão sobre o orçamento do governo federal, pautado quase que exclusivamente a partir da garantia do pagamento da dívida pública. Mais ou menos 700 bilhões de reais por ano, mais de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do

Cerrado: a caixa d'água do país

O professor Ricardo Ferreira Ribeiro, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) trouxe a informação de que mais de 90% dos rios brasileiros nascem no Cerrado. Esse bioma seria, portanto, a "caixa d'água" do país. Segundo o professor, o Cerrado tem características que definiram durante os anos a presença humana nele, como diversidade de ambientes, sendo eles florestais, savânicos e campestres. Ao contrário do que muitos pensam, o Cerrado é o bioma mais antigo do Brasil. Con-

forme estudos entre 18 e 13 mil anos atrás já havia pessoas nessa região.

Ricardo salientou, ainda, que o Cerrado é um bioma que proporciona o desenvolvimento de atividades produtivas, combinadas com estratégias de sobrevivência e manutenção, entre elas estão a agricultura em ambientes florestais, pecuária extensiva, caça, pesca, coleta de frutos e palmitos. Populações que habitam o bioma mostram que isso é possível. Entretanto, segundo o professor, a destruição do Cerrado adquire números superiores aos observados na Amazônia. Os 880.000 km² já desmatados no Cerrado representam quase três vezes o impacto sobre a Floresta Amazônica.

Moção de Repúdio à exploração de gás de xisto

Os participantes aprovaram, ao final do Encontro, uma Moção de Repúdio contra a exploração do gás de xisto. A técnica utilizada para obter o gás, a chamada fratura hidráulica, foi banida em diversos países do mundo, pois pode contaminar com materiais tóxicos as águas subterrâneas. A decisão da Moção se deu por causa da aproximação da realização da 12ª Rodada dos Leilões da Agência Nacional de Petróleo, em que seriam leiloados duzentos e quarenta blocos territoriais em 12 estados. O leilão ocorreu no final de novembro, e 72 blocos foram arrematados, 49 deles pela própria Petrobrás. O documento destacou que "nessas regiões em que estão os blocos e que serão objeto de fratura hidráulica, sabemos que se encontram os principais aquíferos, Bambuí, Uruçuia, Guarani, que alimentam os rios brasileiros e suas bacias. O que dá ao impacto ambiental gerado pela fratura hidráulica um caráter nacional e até continental".

Um retrato do Brasil

ANTÔNIO CANUTO*

Fazendeiros expulsaram a tiros indígenas do povo Terena que haviam retomado a área de uma fazenda que incide sobre a área reivindicada como terra indígena Pillad Rebuá, no município de Miranda (MS), no Pantanal, em 12 de outubro. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado.

- Três indígenas Tupinambá foram assassinados na noite de 8 de novembro, em uma emboscada, no interior da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, sul da Bahia. As vítimas foram atacadas a tiros e golpes de facão por quatro homens, que se aproximaram em duas motocicletas. A esposa de uma das vítimas conseguiu escapar.

- Fazendeiros do Mato Grosso do Sul decidiram leiloar “de galinha a vaca” para financiar a luta contra indígenas. Em 13 de novembro, reuniram-se na Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), em Campo Grande, para organizar o “Leilão da Resistência”, para angariar recursos para as ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado. O leilão aconteceu no dia 7 de dezembro, após liminar na noite do dia 6 autorizar a sua realização, já que no dia 4 de dezembro, uma decisão da juíza da 2ª Vara Federal, Janete Lima Miguel, declarava como ilícito os fins do Leilão, organizado pelas entidades ruralistas. Foi arrecadado mais de meio milhão de reais. A decisão judicial porém, determinou que esse valor será depositado em juízo, e foi estabelecido, ainda, que sejam enviadas ao judiciário, informações sobre



Foto: Egon Heck

as doações e arremates. Se essas duas obrigações forem descumpridas, haverá multa de duas vezes o valor arrecadado e não inferior àquele fixado na primeira decisão, que é de R\$ 200 mil.

- Uma retroescavadeira destruiu as casas e currais da comunidade rural Tiúba, na zona rural de Chapadinha, no Maramhão, no último dia 31 de outubro. Nem mesmo a capela da comunidade foi poupada. É a se-

gunda capela destruída neste ano no estado, a primeira ocorreu no dia 4 de janeiro, em Codó.

- Um levantamento feito pela CPT de Marabá, junto à Justiça Federal de Belém (PA) constatou a existência de 33 ações penais envolvendo terras públicas federais ocupadas por sem-terra no sul e sudeste paraense, que poderiam ter desapropriação imediata. Aproximadamente 5.500

famílias poderiam ser assentadas em mais de 242.809 mil hectares de terras. Processos que sofrem com a morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e se alimentam das relações políticas entre o Incra regional de Marabá e os fazendeiros da região.

- Nota divulgada pela CPT, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, SDDH, e Fetagri do Pará comunica que “Treze anos após o assassinato do Sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, em Rondon do Pará, dois acusados foram absolvidos pelo tribunal do júri, em 24/10, na capital Belém. Os jurados entenderam que não havia provas suficientes para a condenação dos acusados. O descaso da polícia em investigar e a atuação questionável de representantes do MP favoreceu decisivamente os acusados no julgamento. Todos os acusados pelo assassinato de Dezinho seguem impunes. Os únicos a perderem sua liberdade são os familiares do sindicalista que



Foto: Portal ORM

LITOS

rural ao final de 2013

continuam sendo ameaçados e vivendo sob proteção da polícia”.

Estes são alguns dos muitos casos que a CPT registrou nos últimos meses de 2013. Ameaças, assassinatos, expulsões, inoperância dos órgãos públicos e impunidade formam um pe-

queno retrato do Brasil rural. A isso se somam Portarias, Decretos, Projetos de Lei, Projetos de Emenda Constitucional (PEC), processos em diferentes instâncias da Justiça que tentam restringir os direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas tradicionais.



Governo refém dos interesses do capital e do agronegócio

Como bem diz Yves Lesbaupin, em artigo publicado em 03 de novembro no site do Instituto Humanitas da Unisino, IHU: “os direitos destes povos originários às suas terras estão sendo derrubados: pouco a pouco, a cada nova usina hidrelétrica, a cada nova lei ou portaria (ou código...), os direitos estão sendo violados e até as demarcações já feitas correm o risco de serem questionadas. Para atender aos interesses de setores do capital, este governo está desprezando os direitos dos povos indígenas. Apesar de sua prática e de suas políticas, o governo mantém um discurso de esquerda,

de quem defende os direitos dos pobres e oprimidos e que ‘a direita quer solapar”.

O governo se tornou refém das diferentes bancadas no Congresso Nacional, que defendem os mais diversos interesses econômicos, em especial da Bancada Ruralista. Estas impõem e determinam a pauta a ser seguida. Porém, a reação dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas se tornou a pedra no caminho do agronegócio, dos megaprojetos de infraestrutura, das grandes mineradoras.

Foto: Racismo Ambiental



Portarias e decretos que matam

Em socorro ao agronegócio e aos grandes empreendimentos econômicos, o governo emite Portarias e Decretos, e no Legislativo se multiplicam os projetos de lei e de Emendas Constitucionais para que estes povos e comunidades não “atrapalhem o progresso do país”.

Uma das portarias prontas para ser apresentadas no início de dezembro, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, era a que modifica os procedimentos de reconhecimento e titulação das terras indígenas. A reação da Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - foi imediata. Em Nota, no dia 2 de dezembro, diz que é uma “afrenta grosseira ao direito originário dos nossos povos às terras que tradicionalmente ocupam, postergando, mais uma vez, indefinidamente o dever do Poder Executivo de demarcar e proteger essas terras, conforme determina a Constituição Federal”. E acrescentam que essa portaria acaba facilitando “a invasão,

exploração e mercantilização dos nossos territórios e suas riquezas”. Finalizam dizendo que “a proposta de Portaria entrega ao comando dos nossos inimigos o destino dos nossos povos e suas futuras gerações, cuja vida não tem sentido sem suas terras garantidas”.

No dia 4 de dezembro, mais de 1.300 indígenas marcharam pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em manifestação contra a mesma. O líder indígena Kaiowa-Guarani, Anastacio Peralva, de Dourados (MS), em debate com movimentos sociais, em Campo Grande, no dia 1º de dezembro, com muita propriedade dissera: “antigamente se matava índio com pistoleiro de fazendeiros e a tiro, agora se mata com portarias e decretos!”. O pior é que os pistoleiros ainda continuam presentes.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CF 2014

Tráfico humano: “é para a liberdade que Cristo nos libertou!”

A CNBB escolheu o Enfrentamento ao Tráfico Humano como tema da Campanha da Fraternidade de 2014. No irmão traficado, na irmã escravizada é nossa própria filiação divina que vem sendo negada. É a fraternidade que é abolida. 2014 exige vigilância redobrada para erradicar a chaga do tráfico humano! Pois “é para a liberdade que Cristo nos libertou!” (Gal 5, 1).

Abrir o olho para toda e qualquer situação de escravidão contemporânea, seja qual for a terminologia utilizada, denunciar sua prática, libertar suas vítimas, são imperativos para qualquer pessoa dotada de um mínimo senso de humanidade. Não se trata somente de quebrar as algemas e grilhões visíveis que prendem a pessoa no trabalho escravo ou na exploração sexual. É preciso arrancar a raiz que sustenta essa praga.

Toda vez que a idolatria do lucro, do dinheiro, da propriedade impõe seus “direitos” sobre a dignidade e a liberdade da pessoa, algo de diabólico está acontecendo. “Cadê teu irmão?”, pergunta Javé a Caim. José, primeira figura bíblica do tráfico humano, pode ser encontrado em cada esquina do mundo global. É missão propriamente evangélica revelar ao mundo que José realmente existe e criar condições para que ele levante e conquiste seu direito à vida plena, ao bem viver. E isso depende também de nós.

A escravidão funciona como parte de um sistema com raízes profundas que devem ser erradicadas

metodicamente: no modelo de desenvolvimento que prega a ganância como critério; um de seus produtos, a miséria, faz com que, para quem não tem, qualquer trabalho valha mais que nenhum. As raízes da escravidão continuam profundamente entranhadas na consciência, na cultura, na história, na política, nas estruturas do poder e da economia.



A mercantilização do ser humano

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tráfico humano envolve no mundo de hoje cerca de 21 milhões de vítimas, seja no trabalho forçado seja na exploração sexual, afetando tanto homens, quanto mulheres.

No Brasil, para onde foram traficados milhões de escravos africanos, a forma mais visível do tráfico humano contemporâneo é o trabalho escravo, presente hoje sob as modalidades do trabalho forçado, da servidão por dívida, da jornada exaustiva e do trabalho em condições degradantes. Em sua maioria, as vítimas são aliciadas em bolsões de pobreza no Norte e Nordeste do país, de onde saem em

busca de “melhoras” para áreas de expansão agrícola ou para regiões aquecidas pela construção de grandes obras. De 1995 para cá, já foram libertados mais de 45 mil pessoas, em sua grande maioria homens, em mais de dois mil estabelecimentos de todo o país, principalmente no campo do agronegócio (desmatamento, roço, carvoarias, canaviais, lavouras de soja, algodão, café, tomate, etc), em canteiros de obras e, na cidade, na construção civil ou em oficinas de confecção, envolvendo inclusive imigrantes latino-americanos. Nenhum estado está imune a essa prática.

O tráfico é geralmente associado à migração interna (entre estados do Brasil) ou internacional (do Brasil para fora ou vice e versa), embora não necessariamente. É direito de toda pessoa a decisão de mudar, na busca de novos horizontes ou do elementar sustento. O que não pode é essa migração virar sinônimo de armadilha, tráfico, exploração, escravidão. Muitas vezes isso ocorre por meio de intermediários (gatos ou coites), até articulados em redes criminosas, com formas sofisticadas, porém enganosas, de recrutamento. Sua finalidade é a de explorar a pessoa lá

na ponta, podendo culminar na sua escravização, seja no trabalho, seja na exploração sexual, na remoção de órgãos ou na adoção irregular.

O eventual consentimento dado ao aliciador pela vítima, muitas vezes sob fraude ou coação, não altera nada: isso é crime. O tráfico humano é um universo clandestino. Nele a liberdade e a dignidade das pessoas, submetidas a condições degradantes ou a trabalhos forçados, vêm sendo negadas, em benefício do lucro de traficantes: os exploradores e seus intermediários.

Conceito de trabalho escravo pode sofrer grave retrocesso

Desde o ano passado, quando os deputados enfim aprovaram a PEC 438/2001 (conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco das terras em que for flagrado o uso desse tipo de mão de obra), está no ar uma negociação esdrúxula. Aprovou-se a proposta, mas o conceito de trabalho escravo deveria ser alterado.

No Senado onde passou a tramitar sob o codinome de PEC 57A/1999, foi-se construindo o entendimento de que haveria revisão da conceituação dada pelo Código Penal brasileiro (no seu art. 149). Isso se concretizou no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432/2013, para regulamentar a PEC 57A. Essa regulamentação desconsidera que o trabalho escravo possa ser configurado por jornada exaustiva e condições degradantes, dois dos elementos considerados pelo artigo 149. Um grande retrocesso no combate a essa prática. A falta de manifestação clara do Governo nessa tramitação toda abriu brechas para o impasse atual.

**elaborado a partir dos textos formativos, feitos pela Campanha da CPT pela Erradicação do Trabalho Escravo, para a agenda da CPT 2014.*

SÃO FRANCISCO

“Vim te dar um gole d’água e pedir tua benção..”

RUBEN SIQUEIRA*

Ao cair da tarde, as areias imensas e macias da foz do Rio São Francisco, em Piaçabuçu (AL), já não estão mais quentes. A ciranda colorida dos cerca de 250 ribeirinhos e militantes de toda a Bacia Hidrográfica roda e canta: “Nossa ciranda nasce feito um rio, faz um caminho, cresce até o mar...”. A roda vira um caracol que se fecha num abraço sob as bênçãos de São Francisco Peregrino pelas mãos de Dom Luiz Cappio. Antes, crianças haviam despejado na foz as águas da nascente colhidas ano antes e nelas misturadas às de afluentes trazidas pelos romeiros – o “gole d’água” simbólico da luta pela revitalização, do desejo coletivo de que fosse vivo aqui como é ao nascer, lá na Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Assim terminava, em 15 de novembro de 2013, a Romaria à Foz, celebrativa dos 20 anos da Peregrinação. Por um ano, entre 4 de outubro de 1992 e 4 de outubro de 1993, Frei Luiz Cappio, Ir. Conceição Menezes (religiosos franciscanos), Orlando Araújo (lavrador e garimpeiro) e Adriano Martins (ambientalista), percorreram as barrancas, ilhas, praias, cidades e povoados dos 2.830 km do maior rio totalmente brasileiro, animando os ribeirinhos a lutar por seu rio.

O “toré” dos índios Truká (Itacuruba, PE) e Karuazu (Delmiro Gouveia, AL), a lembrar os primeiros humanos do lugar, abriu a celebração. Quilombolas de Brejo Grande (SE), predominantes do outro lado do rio, trouxeram sua “pisada afro”, uma combinação de samba de roda com dança do Candomblé. Ribeirinhos, um de cada uma das quatro regiões da Bacia – Alto, Médio, Submédio e Baixo – deram depoimentos sobre seus sentimentos ao topar com seu rio enfraquecido, assoreado, invadido pelo mar. Emocionados, falaram de alegria, angústia e compromisso na defesa do rio com o qual se identificam como a



Foto: CPT Bahia

um pai amoroso, o Velho Chico.

Como há 20 anos, de manhã, diante da Igreja da Corrente, na histórica Penedo (AL), a comemoração dos 20 anos teve uma bela celebração eucarística, presidida por Dom Luiz Cappio, concelebrada por D. Valério Breda, bispo local, e D. Mario Sivieri, de Propriá (SE), e participada por cerca de 1.200 pessoas. As delegações vindas das regiões da Bacia prepararam e conduziram as partes da missa, trazendo a realidade do rio e de seu povo para a oração e a reflexão de todos. Na abertura, membros da Juventude Franciscana (JUFRA) acolheram os participantes com música e poesia alusivas à cidade e ao rio. E deram o tom de uma celebração forte e comovente.

Movimento eco-religioso

A peregrinação, lidando com o imaginário e os sentimentos mais profundos do povo sertanejo, foi um dos maiores movimentos eco-religiosos da história. A mensagem de unidade e mútua dependência entre o povo e seu rio chegou a cerca de um milhão

de pessoas. Foram realizadas 737 celebrações, 464 encontros em escolas, 296 com grupos específicos (crianças, jovens, sindicatos, colônias de pescadores, grupos ecológicos, povos indígenas), 46 com Câmaras de Vereadores, 35 com Prefeituras Municipais, 15 com empresas e incontáveis entrevistas em meios de comunicação. Milhares de árvores foram plantadas como gesto simbólico do “gole d’água”. Tudo isso mexeu com as comunidades, com a sociedade, com as autoridades, com a Igreja, de um modo que só a história futuramente dirá. Desde então, pode-se dizer que são outros a visão e o compromisso com a vida do rio, que Alceu Amoroso Lima dizia ser o eixo do sertão, que é “o nervo e o osso do Brasil”.

Ponto alto de um processo que vinha de precedentes, como a Associação Prá Barca Andar, que nos anos 1980-90 articulou a defesa popular do rio, a peregrinação levantou primeiro a bandeira da revitalização e ensejou em 2005 a Articulação Popular São Francisco Vivo, que congrega cerca de 300 entidades sociais da Bacia com os mesmos objetivos.

Benção da adutora

No dia anterior, ao passar por Floresta (PE), perto das obras do eixo norte da Transposição do Rio São Francisco, próximo do famoso Riacho do Navio, imortalizado na canção preferida de Luiz Gonzaga, a Romaria realizou a “benção da adutora”. No auge das secas acumuladas dos últimos anos, a Adutora do Pajeú capta água do São Francisco e abastece 80 mil pessoas sertão adentro. É uma das obras hídricas previstas no Atlas Nordeste da Agência Nacional de Águas (ANA), que entre outras do mesmo tipo para abastecimento humano e dessedentação de animais, é defendida pelos movimentos populares como alternativa real, com menos custos e maior eficiência do que a malfadada Transposição. Esta, iniciada há sete anos, já ultrapassa os oito bilhões de reais, quase três vezes mais do projetado, e não avançou mais que 40%, mas tem rendido às campanhas eleitorais governistas.

Ao final da benção, no alto da Capela da Ermida, ao lado da Estação da Cia. de Águas – COMPESA, em Floresta, emoldurada por vaqueiros com suas roupas de couro e bandeiras, Chapada, um deles, declamou um poema de cordel em louvação dos peregrinos, captando a essência do movimento: “Eu lhe falo com clareza / Esse ponto é decisivo / Essa peregrinação / Vou explicar o motivo / O meu verso não é torto / Rio morto, povo morto / Rio vivo, povo vivo”. A ciranda ribeirinha da foz, vinda de Minas Gerais, tal qual o rio, também traduzia em poesia e dança o cerne destes 20 anos celebrados: “Entram na roda olhos d’água e nascentes / Veredas de toda gente / Que a gente encontrar / Vai juntando água de todos corguinhos, / Gentes, peixes, passarinhos, / O que vive em paz. / A paz é que nos faz buscar / A paz...”.

* CPT Bahia / Articulação Popular São Francisco Vivo

RESISTÊNCIA

Chapada do Apodi: a resistência da vida frente à ameaça da morte

ANTONIO NILTON BEZERRA JUNIOR*

A Chapada do Apodi, região situada entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vive hoje uma disputa entre dois modelos de desenvolvimento. De um lado a agricultura familiar camponesa, que preserva a vida, a biodiversidade, que distribui renda, democratiza o acesso à terra e à água. Do outro um modelo hegemônico pelo agronegócio, que concentra a terra, a água, a renda, que destrói a natureza, expulsa mulheres e homens do campo, tudo isso em nome do lucro.

O município de Apodi (RN) tem na agricultura sua principal atividade econômica. Uma característica dessa agricultura é que ela está praticamente nas pequenas propriedades camponesas. É na Chapada do Apodi que está a segunda maior produção de mel de abelha do Brasil, e um dos maiores rebanhos de caprinos do País. Na Chapada do Apodi vivem hoje milhares de famílias que tem na agricultura e pecuária a sua principal atividade. É nas comunidades e nos Assentamentos da Chapada que diversas experiências de produção agroecológica vêm sendo desenvolvidas. Tudo isso faz com que o município tenha o 3º PIB agropecuário do RN.

A região foi palco, nos anos 90, de uma intensa luta pela reforma agrária. Dominada pelos latifúndios, essa região começou a ser transformada com a implantação de projetos de assentamento da reforma agrária, totalizando hoje 15 áreas de assentamento realizadas pelo INCRA com 600 famílias; aproximadamente 200 famílias assentadas pelo crédito fundiário e dezenas de comunidades de pequenos agricultores e agricultoras que vivem da produção de mel de abelha, da caprinocultura, de polpas de frutas, do milho, feijão, algodão, hortaliças, etc. Todo o processo produtivo familiar camponês da Chapada do Apodi tem como base a agroecologia e a convivência com o semiárido. Essa região



Foto: CPT Mossoró

se tornou referência não só para o Rio Grande do Norte, mas também para outras regiões, sobretudo o semiárido.

Na contramão desse processo de construção de vida, o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, está instalando um projeto de perímetro irrigado com o objetivo de tornar essa região um pólo de exportação de frutas. Para isso, através de um decreto de desapropriação por interesse público, desapropriou 13.855 hectares, a maior parte pertencentes a pequenas propriedades, onde vivem centenas de famílias. Para irrigar esse projeto serão utilizadas as águas da barragem de Santa Cruz, que tem capacidade máxima de 600 milhões de metros cúbicos e está a aproximadamente 100 metros abaixo da Chapada. Com o argumento de gerar milhares de empregos esse projeto está atraindo empresas multinacionais da fruticultura. Não é difícil perceber que em pouco tempo toda a terra da Chapada e a água da barragem de Santa Cruz estarão concentradas nas mãos dessas empresas.

Camponeses e camponesas da Chapada e região vêm construindo um forte processo de resistência a esse projeto. Sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Apodi, diversos

movimentos e entidades se uniram em defesa das comunidades camponesas da Chapada. Mobilizações, debates, reuniões, marchas, intercâmbios, audiências têm sido realizadas nesses últimos cinco anos. Essa luta unificou todos os movimentos sociais do campo e da cidade no estado para combater esse “projeto de morte”, como bem definiu o presidente do STTR Apodi, Francisco Edilson.

Recentemente em um processo de mobilização das comunidades da região, sobretudo as atingidas pelo projeto, o STTR e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), com o apoio de diversas entidades, montaram um acampamento em terras próximas da construção do canal, onde estão acampadas aproximadamente mil famílias. Trata-se do Acampamento da Resistência Edivan Pinto que, segundo João Pedro Stedile em recente visita ao local, é o maior acampamento de sem terra do Brasil. As famílias acampadas, muitas delas oriundas das áreas desapropriadas pelo projeto, vêm recebendo apoio e solidariedade de toda parte do país. Um gesto marcante de solidariedade e apoio à luta dessas comunidades partiu da Igreja Católica do RN através dos bispos das três Dioceses do Estado. Já em dezembro de 2012 em Nota direcionada aos

crístãos e sociedade em geral, os bispos manifestaram suas preocupações com as graves consequências que esse projeto trará para as comunidades.

Em setembro deste ano, os bispos expressaram novamente suas preocupações com a implantação desse projeto e convocaram o clero, os cristãos e a sociedade em geral para uma visita de apoio e solidariedade às famílias do acampamento Edivan Pinto. Centenas de pessoas atenderam o chamado e se fizeram presentes nesse ato de solidariedade. Nesse dia as famílias acampadas fixaram um cruzeiro no centro do acampamento, como símbolo da fé na luta e resistência camponesa. Presentearam, ainda, os bispos com um anel de tucum como sinal do compromisso da Igreja com a causa dos pobres da terra e das águas.

Em outubro a região foi palco da Caravana Agroecológica e Cultural em preparação ao III Encontro Nacional de Agroecologia, onde estiveram presentes representações de diversos movimentos e entidades de todo o Nordeste e de outras regiões do Brasil. Um dos momentos marcantes da Caravana foi o encontro de todas as rotas no acampamento Edivan Pinto, que, após dois dias de visitas às experiências em diversas comunidades do Rio Grande do Norte e Ceará, sobretudo as existentes na Chapada do Apodi, se encontraram para prestar solidariedade às famílias acampadas e reafirmar a luta em defesa da agricultura familiar, camponesa e agroecológica.

A disputa de modelo de agricultura que vive a Chapada do Apodi é a expressão do que vem ocorrendo no campo brasileiro. A luta de resistência das comunidades da Chapada tornou-se uma luta nacional sintonizada com todas as grandes lutas em defesa dos territórios camponeses. Os camponeses e camponesas da Chapada do Apodi vêm dando uma demonstração de que a região é um território de resistência camponesa.



Violência na América Latina

Em dois meses, dois militantes
opositores de construção de barragem
foram assassinados

Equador

Dois camponeses assassinados

Carlos Ramos e Patricia Burgos, militantes da Coordenadoria Nacional Camponesa, CNC – Eloy Alfaro, do Equador, foram assassinados no dia 10 de novembro.

Segundo informações da CNC, o Ministério de Agricultura do Equador tinha decidido repassar 480 hectares da fazenda Safando, na província de Guayas, a 80 integrantes da organização. Diante disso, a suspeita é de que esta iniciativa tenha motivado pessoas inconformadas com a entrega dessas terras à comunidade agrícola da zona, a contratarem pistoleiros para assassinar os militantes.

“Há muitos interesses em jogo nestes territórios, especialmente da direita tradicional que não deseja que estas terras sejam legalizadas em nome dos camponeses da zona”, afirma, Romelio Gualán, presidente da CNC.



Colômbia

Assassinato de liderança camponesa

No dia 30 de setembro foi assassinada, no município de Almaguer Cauca, Colômbia, a defensora de direitos humanos e líder camponesa, Adelina Gómez. Ela fazia parte do Comitê de Integração do Maciço Colombiano CUME e era membro da Coordenadoria Nacional Agrária (CNA) e da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC - Via Campesina).

Adelina dedicou sua vida ao trabalho comunitário e à luta social, fez parte do Processo de Mulheres Maciceñas do CUME e recentemente impulsionou, entre outras tarefas, o Fórum Mineiro e Ambiental, no município de Almaguer, em que participaram cerca de 1.500 camponeses e indígenas. Devido à sua atuação, ela havia recebido ameaças de morte para

que parasse de organizar e participar de ações contra a mineração.

Ao receber denúncias sobre as ameaças, organizações integrantes da Rede pela Vida e os Direitos Humanos de Cauca denunciaram o fato ao Governo Colombiano, ressaltando a constante situação de violação dos direitos humanos vividas atualmente pelas mulheres da região e por aquelas que atuam na defesa dos direitos. O observatório de Direitos Humanos da Rede registrou até esse momento, o homicídio de 15 mulheres em Cauca, sendo que 40% dos casos ocorreram no maciço colombiano. Entre elas estavam duas líderes camponesas. Foram registradas, ainda, 12 ameaças de morte contra defensores dos direitos humanos, sendo cinco delas mulheres.

No dia 17 de setembro, o cadáver de Nelson Giraldo apareceu degolado e com marcas de bala no Canhão do rio Cauca, em Ituango (município de Antioquia). Nelson Giraldo era o porta-voz de um grupo de pessoas que ficaram refugiadas por um tempo na Universidade de Antioquia, devido às constantes ameaças de morte que teriam recebido por se oporem à construção da hidroelétrica de Hidroituango e era um dos líderes do Movimento Rios Vivos.

Robinson David Mazo, um jovem de 22 anos, militante do Movimento Rios Vivos, foi atingido por sete tiros no dia 30 de novembro, nas proximidades do município de Toledo, norte de Antioquia, lugar conhe-

cido como “A Matança”. Após o crime, moradores da região viram uma camionete e duas motos saírem do lugar. Robinson participou de protestos em 2012 também contra a construção da barragem de Hidroituango, no rio Cauca, e que seria a maior do país. Em março de 2013. Saiu da região onde vivia, temendo as ameaças proferidas pela força pública e as prisões em massa realizadas pelas forças de repressão do governo. Foi viver em Medellín juntamente com outras 300 pessoas despejadas pelas grandes obras. Entretanto, diante de dificuldades econômicas que atravessava e por ser o responsável pelo sustento de sua mãe e irmã, se viu obrigado a regressar à sua casa, apesar do risco.

Guatemala

Quatro profissionais da imprensa foram assassinados esse ano no país

Luis de Jesús Lima foi morto em 6 de agosto, Luis Alberto Lemus Ruano, em 7 de abril e Jaime Napoleón Jarquín Duarte, em 20 de março. O caso mais recente foi o assassinato do jornalista e locutor Carlos Alberto Orellana Chávez, ocorrido em 19 de agosto, em San Bernardino, estado de Suchitepéquez.

Diante da pressão de que a sua omissão visa favorecer a continuidade dos assassinatos e inibir as críticas da imprensa, Otto Pérez Molina, presidente da Guatemala, criou, no final de novembro, o Programa de Proteção a Jornalistas. De acordo com o presidente guatemalteco, a iniciativa tem apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). O programa adotará estratégias semelhantes às adotadas na Colômbia e no México, em que serão criados mecanismos de denúncia e de proteção a jornalistas que sofram ameaças devido ao trabalho que executam.

Nos últimos meses o diretor do jornal El Periódico, José Rubén

Zamora, acusou pessoalmente Molina de suborno para silenciar suas críticas. “Em março passado, aproveitando-se de uma amizade de 20 anos, o presidente visitou-me na minha casa. Almoçamos, e ele propôs um suborno ao invés de um acordo de paz”, denunciou Zamora.

Nos últimos dez anos 26 jornalistas foram assassinados no país, que tem uma das mais altas taxas de violência da América Latina: 16 mortes por dia. A violência contra jornalistas é comum nos países da América Central e no México. No último levantamento da Unesco, divulgado em maio deste ano, Honduras foi apontada como o país com maior quantidade de assassinatos per capita do continente. Em 2012, nove jornalistas hondurenos foram assassinados e 20 foram vítimas de atentados e ameaças. No México, entre 2000 e 2013, mais de 70 jornalistas foram assassinados. Governos opressores tendem a silenciar as denúncias da imprensa contra suas ações e omissões.

PÁGINA BÍBLICA

O conflito da volta

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada acompanhamos os judeus sendo levados para o exílio na Babilônia. Primeiro o grupo da elite, depois o resto do povo da cidade. Este exílio durou cinquenta anos. Agora, vamos acompanhar a volta dos exilados e a situação dos que decidiram continuar na Babilônia.

a. A situação dos que voltaram

O exílio termina cinquenta anos depois, quando o imperador Ciro permite que os que quiserem, voltem. Estamos em 538 a.C. Os primeiros que voltam são os que eram escravos na Babilônia e, com certeza, alguns sacerdotes. Os camponeses que ficaram na Judeia e os pobres que voltam, tentam uma integração, obstaculizada pelo grupo sacerdotal que considera os camponeses impuros por terem se casado com mulheres de outros povos. Também os camponeses não querem a volta do poder sacerdotal sobre eles. Não devolvem as terras que receberam cinquenta anos antes e impedem a reconstrução do templo, contando com o apoio das autoridades da Samaria, a capital da região naquele momento.

Um segundo grupo retorna. Com apoio maior do rei persa, consegue terminar, depois de mais de vinte anos, a reconstrução do templo. Porém, não consegue recuperar as terras e o apoio dos camponeses que querem continuar sem cidade e sem templo. Os sacerdotes do templo não conseguem sobreviver sem os produtos do campo e estes não chegam. Cem anos depois, alguém vai contar a Neemias, no palácio do imperador, a situação dos que voltaram do exílio: “Os que voltaram do exílio estão na miséria e na humilhação, os muros da cidade continuam caídos e as portas queimadas”.

b. A situação dos que ficaram na Babilônia

Cerca de cem anos depois da autorização do rei para voltarem, muita gente judia continua ainda na Babilônia. Os que ficaram são os chamados “judeus da diáspora”. Mais tarde os vamos encontrar no Egito, na Ásia menor, na Grécia. No tempo de Jesus eram muito mais os judeus da diáspora/dispersão do que os que residiam na Palestina.

- Sua posição política

Os judeus da dispersão eram “ami-

gos do rei”. Não há nenhum sinal de reação, ou de denúncia dos abusos do sistema imperial persa. Eles começam a teorizar que é possível servir a Javé e conviver com o sistema imperial. É uma mudança decisiva! A partir deste momento temos um grupo hegemônico convivendo com todos os sistemas imperialistas que se sucederam. Primeiro os persas, depois os greco-egípcios, depois os greco-antioquenos, depois os romanos. Eles não só não se opõem ao rei, mas até gozam da confiança do império.

Neemias e Esdras vão sair da Babilônia para arrumar a confusão e o conflito na Judeia, por ordem do próprio imperador. Sua missão é apoiada econômica e militarmente pelo império. O capítulo 7 do livro de Esdras é muito interessante. Aí está a carta do rei Artaxerxes, que acompanha Esdras na volta a Jerusalém. O texto termina com esta declaração de Esdras: “Bendito seja Javé de nossos pais, que moveu o rei a dotar o templo de Jerusalém e me concedeu seu favor e o de seus conselheiros e o das autoridades militares”. A síntese desta posição política a encontramos nesta mesma carta que autoriza Esdras a implantar em Jerusalém, “a lei de Deus que é a lei do rei”. Mais tarde um rei grego, Antíoco Terceiro, vai fazer um grande elogio aos judeus que são pessoas de alta confiabilidade.

- Sua posição econômica

O grupo da Babilônia, ao qual pertencem Esdras e Neemias, não só é politicamente amigo do rei, mas também economicamente rico. Basta ver as coletas que fizeram para ajudar Esdras em sua

missão em Jerusalém: chega a quatrocentos quilos de ouro. Quatrocentos quilos de ouro é muito ouro!

O livro de Tobias também nos informa: quando Tobias manda seu filho à casa do sobrinho, muito distante, para procurar uma esposa judia, faz um discurso muito lindo de despedida, cheio de conselhos. O último é interessante: “não te

juros (os primeiros bancos foram dos hebreus na Babilônia). Recentemente se descobriram pedaços de tabuletas de cerâmica com listas de judeus que tinham empréstimos que deviam devolver com juros;

- A administração pública: muitos deles vêm do palácio imperial. Mardoqueu era chefe da guarda imperial. Tobias foi expulso porque foi enterrar mortos que faziam parte do palácio imperial. Aicar, seu sobrinho, era o responsável de toda a administração pública, ministro do tesouro. Neemias era co-peiro do rei (tarefa de altíssima confiança, num tempo em que o costume era o de envenenar os reis);

. Para este grupo a bênção de Deus já não passa pela propriedade da terra.

- Sua posição religiosa

Outro fator importante da mudança é que este grupo não tem templo, porque o templo não pode ser construído em terra estrangeira. Por isso o grupo precisa reinventar as formas de expressar sua fé. Neste momento aparece a sinagoga. A chamada sinagoga é uma experiência que nasce na Babilônia e que depois Esdras e Neemias a vão levar para Jerusalém.

A sinagoga vai ser a maneira do judeu expressar sua fé através da leitura dos textos sagrados. Outra iniciativa vai ser a de substituir a falta do culto sacrificial que só era possível no templo, por obras de piedade, a oração vespertina, a esmola e o jejum. O sacrifício pessoal substitui o sacrifício no templo. Mais tarde estas obras de piedade as encontraremos também na Palestina.

esqueças de trazer de volta os dez talentos de prata que emprestei ao meu primo”. Dez talentos de prata são trezentos e quarenta quilos de prata emprestados! É um grupo economicamente rico, porém com uma novidade. Sua riqueza não depende de ter terra. É a primeira vez na história de Israel um grupo rico que não tem terra. Sua riqueza provém de outros fatores:

- O comércio ao longo de todo o império;

- O empréstimo de dinheiro a



EXPERIÊNCIA

Juventude do sertão pernambucano é exemplo de organização e luta pela permanência no campo

RENATA ALBUQUERQUE*

Na região do sertão pernambucano, nos últimos anos, aumentou significativamente o número de jovens camponeses que deixam suas comunidades para migrar em busca de trabalho em outras regiões do país. Os jovens sertanejos tem se arriscado, em sua maioria, nos canaviais do sudeste do Brasil e em obras de grandes empreendimentos em outras regiões do estado e do Nordeste. Segundo Denis Venceslau, da CPT do Pajeú/PE, “os jovens muitas vezes não encontram alternativas para permanecer no campo e vários são os fatores”. De acordo com ele, o que ocorre com a juventude camponesa no sertão explicita a ausência do Estado em garantir uma Reforma Agrária com medidas estruturantes e, principalmente, de convivência com o semiárido, que possibilitem a permanência das comunidades camponesas no sertão. Este fato vem combinado com o avanço, possibilitado pelo mesmo aparelho estatal, do agronegócio e dos grandes empreendimentos que expulsam todos os anos milhares de trabalhadores rurais do campo.

Nos últimos três anos, a estiagem trouxe consequências incalculáveis para as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, assentamentos e acampamentos localizados no sertão. Para estas populações, a permanência na terra é atribuída às experiências populares de convivência com o semiárido, pois se apresentam como a principal estratégia utilizada pelas comunidades para atravessar a seca com menos dificuldade.

Para Plácido Júnior, da CPT em Recife, “estamos assistindo a uma política de extermínio do campesinato e falta estímulo para que jovens permaneçam nos assentamentos. Pernambuco está vivendo um ‘boom’ na construção civil, e, como o jovem não se viabiliza no campo, migram para as grandes cidades e passam a viver na periferia em péssimas condições”, ressalta. Em nível nacional, o problema se repete. Os números do Censo do



Foto: CPT Pernambuco

IBGE apontam que, de 2000 a 2010, houve uma queda de 9% entre a população rural de faixa etária entre de 15 e 29 anos. O Incra Nacional, por sua vez, não possui estatísticas oficiais sobre a migração de jovens do campo para outras regiões do país, mas reconhece que a situação é alarmante.

No entanto, enfrentar esses desafios tem sido o lema de centenas de jovens camponeses que vivem em várias áreas de assentamento, acampamento, comunidades indígenas e quilombolas da região do Pajeú. Eles tornam-se exemplo de esperança, de resistência e de luta por condições dignas de permanência no campo, através da agricultura camponesa e da convivência com o semiárido. A organização desta juventude camponesa, no sertão do Pajeú, tomou contornos mais nítidos a partir de 2008. Com o apoio da CPT e da Pastoral da Juventude Rural (PJR), os jovens de várias comunidades na região, organizaram um primeiro Seminário com o objetivo de discutir a realidade dos jovens do campo, compartilhar as suas experiências e, assim, identificar os desafios colocados para as comunidades camponesas da região. No ano seguinte, em 2009, foi realizado o primeiro

Acampamento da Juventude do Campo, em Pernambuco, no município de São José do Egito. Naquela ocasião, estiveram presentes 150 jovens camponeses das mais diversas comunidades rurais do estado. A realização deste primeiro acampamento animou ainda mais a juventude camponesa a criar grupos em cada comunidade e contribuir na organização de suas comunidades.

Neste ano de 2013, os jovens já organizaram o II Acampamento da Juventude do Campo. A atividade foi realizada na Comunidade Quilombola Varzinha dos Paulinos, localizada no município de Igaracy e contou com a participação de cerca de cem jovens oriundos das mais diversas regiões do estado. O encontro, também organizado com o apoio da CPT da Região do Pajeú e Moxotó e da PJR, possibilitou a juventude dar novos passos em seu processo organizativo. O II Acampamento foi um momento de reflexão sobre a participação da juventude nos espaços políticos, sobre a mística e espiritualidade camponesa e sobre os desafios de geração de renda para os jovens. Para Rosana Valéria, integrante da CPT e uma das responsáveis pela organização da atividade, o

II Acampamento de Formação, além de ter sido um espaço de reflexão sobre a conjuntura dos jovens no campo, foi também um momento de troca de experiências e de proposições. “Os jovens se sentiram protagonistas e querem levar as reflexões, realizadas durante a atividade, para os grupos e espaços de que participam em suas comunidades. Eles querem contribuir no processo de construção de políticas para a juventude do campo”, afirmou.

De acordo com Sandreildo dos Santos, agente pastoral da CPT, as principais reivindicações da juventude no sertão do Pajeú são: a realização de uma ampla Reforma Agrária, com incentivo às medidas de convivência com o semiárido, assistência técnica, créditos de incentivo à produção, acesso à água, posse de terra para os jovens, e cultura, esporte e lazer. Além destas reivindicações, os jovens do sertão do estado também lutam para transformar os índices de analfabetismo no campo. Por isso, uma das mais importantes reivindicações, aliada à luta pelo território e pela água, é a garantia de educação do campo de qualidade para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. De acordo com um estudo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência, a taxa de analfabetismo na zona rural chega a 23,3%, entre a população de 15 anos ou mais. O índice é três vezes maior do que em áreas urbanas.

A juventude no sertão do Pajeú já deu passos importantes para consolidar a sua organização. No entanto, a caminhada para a garantia da terra, dos territórios e de seus direitos ainda é longa. “A perspectiva para 2014 é que essa juventude possa continuar articulada e lutando com o foco para a garantia de políticas estatais que viabilizem a permanência no campo, não apenas dos jovens, mas de todas as comunidades camponesas”, ressalta Denis.

*Assessora de Comunicação da CPT Nordeste II.

CULTURA

Foto: João Zinclar

“Assim como a terra faz brotar uma nova planta, e o jardim faz germinar suas sementes, assim também o Senhor Deus faz brotar a justiça e o direito (Is 61,11), pois nasceu para nós um menino e ele se chamará Príncipe da Paz: julgará os fracos com justiça e dará sentenças retas aos pobres da terra (Is 9,5; 11,4)

Em tempos em que sentenças, leis e decretos são as novas armas a ameaçar a vida de povos e comunidades do campo, nos aferramos à esperança, pois da fragilidade é que brota a força da vida.

Que este Natal alimente nossa esperança para o ano de 2014

A Comissão Pastoral da Terra - CPT

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA